

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

ANEXO III

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (X) I – Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- () II – Orçamento e Financiamento da Universidade;
- () III – Gestão democrática, transparente e participativa;
- (X) IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- () V – Política de expansão da universidade.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

O objetivo deste texto é trazer algumas contribuições e propor reflexões a partir de experiência recente na UNEMAT. Perseguimos também o objetivo de que tais contribuições e reflexões encontrem terreno fértil no interior dos debates, encaminhamentos e deliberações previstos para este II Congresso Universitário que ocorrerá em dezembro de 2008, envolvendo toda a universidade e toda a Comunidade Acadêmica. Tais contribuições têm recorte específico, pois se refere à adoção e a implementação de ações afirmativas com recorte racial a partir de 2004, quando em sessão ordinária, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) aprovou a Resolução 200/2004-CONEPE, que instituiu o Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial da Universidade do Estado de Mato Grosso (PIIER/UNEMAT), tratado doravante, aqui, como Programa de Ações Afirmativas (PAA) no Ensino Regular da UNEMAT.

Deve-se ressaltar que o PAA aprofunda as dimensões existentes em Programas de Ações Afirmativas já existentes no interior da universidade – como é o caso do Terceiro Grau Indígena – pois que os optantes pelo PAA são inseridos no ensino regular. Esta característica desafia o conjunto dos atores universitários existentes, bem como toda a estrutura, dos recursos humanos, passando pelos materiais e financeiros, alcançando, sobretudo a estrutura política e de gestão presentes no interior desta IES.

Como é do conhecimento de toda a Comunidade Acadêmica o PAA resultou de esforços empreendidos por professores, pesquisadores, estudantes, servidores técnico-administrativos, movimento social, organização do terceiro setor, enfim por uma miríade de agentes que convergiram em torno da validade da implementação de políticas afirmativas centradas no recorte racial. Instituída pela reitoria a Comissão para Elaboração do Programa Institucional Cores e Saberes (CEPICS), constituída por todos os segmentos universitários e com representação de todas as Pró-Reitorias existentes à época, encontrou ambiente pouco favorável à ampliação das ações afirmativas, particularmente quando no interior da CEPICS ganha relevância a temática de cotas para estudantes autodeclarados negros (pretos+pardos). O intenso trabalho da CEPICS desenvolvido entre os meses de março e novembro de 2004 possibilitou que muitos dos atores, inicialmente contrários àquelas propostas, pudessem contribuir sobremaneira para a aprovação do PAA. Merece registro neste aspecto todo envolvimento encontrado no *Campus* Universitário de Tangará da Serra, onde realizaram-se algumas das atividades coordenadas pela CEPICS em parceria com Departamentos de Ensino e Núcleos daquele *campus*. Evidentemente, não foi exclusivamente em Tangará da Serra que a CEPICS conseguiu reunir e congregar posições favoráveis e que foram decisivas ao longo da sessão já citada do CONEPE.

Apesar de ampla margem de aprovação, que refletiu na proporção de 3:1 na contagem final dos votos – sem que houvesse um único voto contrário – era sabido que a implementação encontraria dificuldades, entretanto o que não podia ser vislumbrado àquela época era que os detratores das políticas afirmativas utilizariam estratégias que visavam a desgastar toda a construção realizada. Estes setores buscaram de alguma maneira se rearticular para adotar procedimentos que colocaram, e ainda colocam, em risco permanente o PAA; do contrário, como explicar a solicitação de pertença racial por parte dos que deveriam esclarecer a adoção do PAA; como explicar a impossibilidade dos pesquisadores da temática poderem estabelecer contatos com as equipes que desenvolvem atividades em cada um dos vestibulares realizados pela UNEMAT. Questões desta natureza e tantas outras que poderiam ser formuladas apenas põem a nu os extraordinários desafios enfrentados

cotidianamente por aqueles que querem fazer valer o que foi aprovado por um dos Conselhos Superiores da UNEMAT.

Situações como esta e tantas outras análogas, podem explicar em parte os reais motivos pelos quais nem todas as vagas disponibilizadas por essa forma de ingresso sejam ocupadas, concomitantemente também podem explicar, razoavelmente, eventuais fraudes existentes. O único caso comprovado explicitou como determinados atores universitários utilizam de suas funções para desmoralizar o PAA. O olhar vigilante de professores, pesquisadores, estudantes, servidores técnico-administrativos e os demais parceiros reunidos, ainda ao tempo da CEPICS (que vigorou entre março de 2004 e fevereiro de 2005), tem sido uma das principais garantias para a vigência da Resolução 200/2004-CONEPÉ. Ademais, é necessário lembrar que aproximadamente 55% da população do estado de Mato Grosso se autodeclara negra, de acordo com o mais recente censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Na linha de raciocínio anterior, também merece registro negativo a burocracia existente no interior da universidade que tem dificultado e, no limite, impedido a implementação plena da Resolução 200/2004-CONEPÉ. Como explicar que aproximadamente 04 (quatro) anos após a aprovação da mesma não tenha sido criado a Ouvidoria, nem conste dos materiais de divulgação interna e externa aspectos alusivos à Resolução, como está previsto em seu corpo.

3. PROPOSTA / TESE

O PAA da UNEMAT reúnem-se situações outras que afetam diretamente todos os estudantes. A ausência de ações mais firmes no campo da assistência estudantil – creche, morada estudantil e restaurante universitário – tornam mais complexas as relações que se estabelecem entre os diversos agentes. Apenas como breve exemplo, vale destacar a agressiva política de oferta e concessão de bolsas de estudo da universidade, que caba esbarrando e sua própria miopia acarretando hierarquias entre os estudantes que são, simplesmente, inadmissíveis, porém não tenhamos dúvidas, o que está refletido no comportamento dos estudantes é fruto, em larga medida, das compreensões tidas e formuladas por parte do corpo docente que ainda insiste

em hierarquizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Situação esta que parece ter sido corrigida pelo mais recente PCCS, apesar das polêmicas existentes no interior da categoria docente, como todos pudemos acompanhar recentemente.

Este ambiente complexo e reativo, impeditivo da implementação plena do PAA, chegou aos limites do razoável quando houve manifestação, ainda que informal, acerca da suspensão do PAA. Esta situação levou a que a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN), maior e mais importante fórum nacional de discussões sobre a temática da educação das relações étnico-raciais e das ações afirmativas, manifestasse sua preocupação junto a reitoria da UNEMAT.

Às vésperas do II Congresso Universitário importa que se assegure a plenitude do PAA, considerando a existência, neste momento, de Instruções Normativas que versam sobre a temática das relações étnico-raciais, das ações afirmativas e da Lei 10.639/03, que, ao alterar a LDB, institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na rede de ensino.

Neste sentido, algumas propostas devem ser avaliadas e submetidas às planárias do Congresso Universitário de modo que as diretrizes e princípios do PAA recebam a devida atenção, de modo a que os obstáculos até aqui encontrados, e já diagnosticados, sejam superados. Seguem a seguir algumas proponentes:

1. cumprir integral e em caráter de urgência a Resolução 200/2004-CONEP
2. cumprir integral e em caráter de urgência as Instruções Normativas relativas ao tema em tela
3. inserir os princípios da educação das relações étnico-raciais e das ações afirmativas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNEMAT
4. propor substanciais alterações na política de oferta e concessão de bolsas de estudo
5. criar mecanismos para que as bolsas na modalidade atividades, sejam exercidas em projetos de pesquisa e extensão, sem prejuízo dos princípios que norteiam os processos seletivos

6. criar condições para que todos os estudantes ingressantes tenham acesso a atividades complementares de informática, língua estrangeira, materna e portuguesa
7. estimular a realização do I Encontro de Estudantes Cotistas da UNEMAT
8. assegurar recursos humanos, materiais e financeiros para a realização do seminário anual sobre políticas de ação afirmativa na UNEMAT
9. fomentar a criação de cursos preparatórios aos exames de seleção das universidades públicas
10. assegurar, junto a EdUNEMAT, linha de publicação sobre esta temática
11. divulgar e fazer divulgar as principais características do PAA, nos materiais de divulgação interno e/ou externo
12. prestar informações detalhadas, particularmente sobre o quantitativo e o rendimento dos estudantes cotistas, a SECITEC/MT, SEDUC/MT e CEPPIR/MT
13. estimular a criação de Linhas de Pesquisa nos Departamentos de Ensino e nos Programas de Pós-Graduação
14. assegurar, junto a COVEST, que pesquisadores da temática participem das capacitações e treinamentos para os exames vestibulares, de qualquer modalidade e a qualquer tempo
15. propor a criação de uma Coordenadoria Geral (vinculada a PROEG) e Coordenadorias Locais (vinculada aos *campi*) de acompanhamento, análise, produção de dados e estudos acerca dos estudantes cotistas
16. promover eventos no início de cada semestre letivo que informe a toda a Comunidade Acadêmica acerca dos objetivos e principais características do PAA
17. assegurar espaço físico para o NEGRA
18. estimular a PROEG a tabular e divulgar dados, relativos ao rendimento, prazo de integralização, obtenção de bolsas etc dos estudantes cotistas
19. elaborar material permanente, sob a forma de cartilha, que atribua suporte a propositura 16

20. produzir, até agosto de 2009, documentário com a trajetória pessoal e acadêmica dos primeiros cotistas ingressantes em 2005/2.

4. RESUMO

A aprovação do Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial da Universidade do Estado de Mato Grosso (PIIER/UNEMAT) pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE), tratado doravante, aqui, como Programa de Ações Afirmativas (PAA) no Ensino Regular da UNEMAT, demonstrou à comunidade acadêmica um amadurecimento institucional e o reconhecimento das desigualdades raciais e sociais que impedem à população negra ao gozo pleno aos direitos sociais. Embora, saibamos da importância que o PAA apresenta na vida dos estudantes que dele se beneficiam, é cabível dizer que é necessário o seu aprimoramento, no sentido de criar condições de acesso como também da permanência desses estudantes. Para tanto propomos; O cumprimento total da Resolução 200-/2004 – CONEPE e demais resoluções e instruções normativas que contemplam a pauta do Programa de Ações Afirmativas (PAA) e da Educação das Relações Étnico Raciais (ERER); Inserir os princípios da educação das relações étnico-raciais e das ações afirmativas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNEMAT; Propor substanciais alterações na política de oferta e concessão de bolsas de estudo e criar mecanismos para que as bolsas na modalidade atividades, sejam exercidas em projetos de pesquisa e extensão, sem prejuízo dos princípios que norteiam os processos seletivos; Criar condições para que todo o estudante ingressante tenham acesso a atividades complementares de informática, língua estrangeira, materna e portuguesa; Estimular a realização do I Encontro de Estudantes Cotistas da UNEMAT e assegurar recursos humanos, materiais e financeiros para a realização do seminário anual sobre políticas de ação afirmativa na UNEMAT; Assegurar, junto a EdUNEMAT, linha de publicação sobre esta temática e estimular a publicação das principais características do PAA, nos materiais de divulgação interno e/ou externo; assegurar, junto a COVEST, que pesquisadores da temática participem das capacitações e treinamentos para os exames vestibulares, de qualquer modalidade e a qualquer tempo; propor a criação de uma Coordenadoria Geral (vinculada a PROEG) e Coordenadorias Locais (vinculada aos *campi*) de

acompanhamento, análise, produção de dados e estudos acerca dos estudantes cotistas e estimular a tabulação e divulgação dos dados, relativos ao rendimento, prazo de integralização, obtenção de bolsas etc, dos estudantes cotistas; Assegurar espaço físico para o NEGRA; Produzir, até o mês de agosto de 2009, documentário com a trajetória pessoal e acadêmica dos primeiros cotistas ingressantes em 2005/2.

5. AUTORES

- 1) Patrícia da Silva – Técnica – Sede Administrativa.
- 2) Prof. Ms. Paulo Alberto dos Santos Vieira – Campus de Cáceres.
- 3) Prof^a. Ms. Maristela Abadia Guimarães – Campus de Sinop.
- 4) Prof^a. Ms. Maria Ivonete de Souza - Campus de Sinop.
- 5) Prof^a. Ms. Lori Hack de Jesus - Campus de Juara.
- 6) Prof. Dr. Kilwangy kya Kapitango-a-Samba – Campus de Barra do Bugres
- 7) Prof^a. Ms. Maristela Cury Sarian – Campus de Cáceres
- 8) Profa. Dr^a. Carla Cristina de Paula - Campus de Cáceres
- 9) Prof^a Ms. Tânia Paula da Silva - Campus de Cáceres
- 10) Jacqueline Albino – Técnica – Sede Administrativa
- 11) Gilmara Oliveira Gomes – Acadêmica de História – Campus de Cáceres.
- 12) Gislaine do N. Silva - Acadêmica de História – Campus de Cáceres.
- 13) Aline Figueiredo de Oliveira – Acad. de Enfermagem – Campus de Cáceres.
- 14) Pétala Pereira da Silva – Acadêmica de História – Campus de Cáceres.